



GUAIRACÁ REVISTA DE FILOSOFIA

SIGNIFICADO E TRADUÇÃO¹

(WILLARD VAN ORMAN QUINE)

CAMILA BOZZO MOREIRA²

1. SIGNIFICADO-DE-ESTÍMULO

O significado empírico é o que resta quando, num dado discurso junto com todas as suas condições estimuladoras, retiramos a verbosidade. É aquilo que há em comum entre as sentenças de uma língua e suas sólidas traduções em outra de natureza completamente diferente. Portanto, se isolássemos o significado empírico, encontraríamos uma posição semelhante para dentro da qual nos projetaríamos, tal qual o faz o linguista que se propõe penetrar e traduzir um idioma até então desconhecido. Dadas são as elocuições ainda não analisadas dos nativos e as circunstâncias observáveis de suas ocorrências. Desejados são os significados; ou desejadas são as traduções para o inglês, pois, uma boa maneira de dar um significado é dizer algo na língua fonte que o contém.

1 Artigo publicado originalmente em BROWER, R.A. **On translation**. New York: Oxford University Press, 1966, pp.148-172 e republicado em VENUTI, L (ed.). **The Translation Studies Reader**. London & New York: 2004, pp. 94-112.

2 Graduada em letras português-alemão pela UFPR, mestra em letras/estudos da tradução pela USP, especialista em ensino de língua alemã pela ZFA/Friedrich-Schiller-Universität Jena e doutoranda em letras / estudos literários (bolsista CAPES) pela UFPR. Professora de alemão no Instituto Welt_Abaeté.

A tradução entre idiomas próximos como o frísio e o inglês é auxiliada pela semelhança entre termos cognatos. A tradução entre idiomas que não se relacionam, p. ex., húngaro e inglês, pode ser auxiliada por equações tradicionais que evoluíram lado a lado com uma cultura compartilhada. Para esclarecer a natureza do significado, devemos pensar antes na tradução *radical*, isto é, a tradução da língua de uma população até então intocada. É aqui, entre todos os lugares, que o significado empírico mais austero se destaca das palavras que o contêm.

As elocuições que são traduzidas primeiro e com maior certeza, num caso como esse, são relatos inevitáveis de observações conspicuamente compartilhadas pelo linguista e seu informante. Um coelho passa apressadamente, o nativo diz “Gavagai” e o nosso linguista silvícola anota a sentença “Coelho” (ou “Opa, um coelho”) como tentativa de tradução. O linguista, num primeiro momento, vai, assim, abster-se de colocar palavras na boca de seu informante pela simples falta de palavras para fazê-lo. Quando puder, porém, terá de fornecer sentenças nativas para que seu informante aprove, apesar de algum risco de distorcer os dados por sugestão. De outra forma, há pouco que ele possa fazer com termos nativos que tenham referências em comum. Pois, suponha que a língua nativa inclua as sentenças S_1 , S_2 e S_3 , traduzíveis realmente por “Animal”, “Branco” e “Coelho”, respectivamente. As situações de estímulo diferem sempre, independentemente de sua relevância; e, graças ao fato de as respostas sugeridas ocorrerem individualmente, é óbvio que as classes de situações nas quais ocorreu de o nativo enunciar S_1 , S_2 e S_3 , são mutuamente exclusivas, apesar dos atuais significados escondidos das palavras. Como, então, poderá o linguista notar que o nativo desejaria enunciar S_1 em todas as situações em que enunciou S_3 , e em algumas, mas talvez não em todas as situações, em que acabou por enunciar S_2 ? Somente ao se tomar uma iniciativa e testar as combinações de sentenças nativas e de situações de estímulo de modo a afunilar suas hipóteses até sua eventual satisfação.

Imagine, portanto, o linguista perguntando “Gavagai?” em cada uma das situações estimulatórias e anotando cada vez que o nativo é incitado a assentir ou a negar ou nenhum dos dois. Nesse caso, diversas assunções ficam implícitas ao poder de intuição do linguista. Uma coisa é certa, ele deve ser capaz de reconhecer quando seu informante assente ou nega independentemente de qualquer linguagem particular. Ademais, ele normalmente deve ser capaz de supor a qual estimulação seu objeto de interesse está reagindo – não nervo a nervo, mas em termos de referências frouxas ao ambiente. Ademais, ele deve ser capaz de supor se esse estímulo de fato incita a asserção ou negação do nativo à questão conjunta; deve ser capaz de estabelecer uma regra para os casos em que o nativo assente ou nega a sentença questionada, sendo irrelevante uma verdade ou falsidade por si sós, sem levar em consideração o coelho apressado que acaba por ser a circunstância conspícua do momento.

O linguista é, de fato, bem-sucedido nessas tarefas básicas de reconhecimento em um número suficiente de casos, e nós também o podemos ser, embora inconscientes de nossos padrões e métodos. Os gestos dos turcos para assentir e negar são praticamente o oposto dos nossos, mas a expressão facial demonstra o que querem indicar de modo a nos orientarmos rapidamente. O que um indivíduo percebe é evidentemente discernível a partir de suas orientações somado à nossa familiaridade com interesses humanos. O terceiro e último aspecto de reconhecimento é mais difícil, mas fácil de se imaginar realizando-o em casos típicos: ao julgar, sem qualquer conhecimento oculto do idioma, se a asserção do indivíduo a uma questão repentina ou negação dela foi incitada pela coisa sob investigação no momento. Uma dica é apontar enquanto se pergunta, assim, se o objeto for irrelevante, a resposta pode vir acompanhada por um olhar de dúvida. Outra dica à irrelevância pode ser o fato de que a questão, colocada sem apontar para nada, faça com que o nativo mude abruptamente seu foco de atenção e olhe distraído. Mas chega de mecanismos de conjecturas, o fato patente é que, independentemente de quaisquer intuições não analisadas, há uma tendência em se detectar esses dados atitudinais mínimos sem um auxílio linguístico especial.

O procedimento imaginado de propor sentenças em situações é adequado apenas a sentenças de um determinado grupo: aquelas, as quais – tal como “Gavagai”, “Vermelho”, “Isso dói”, “Esse rosto está sujo” etc. – somente demandam novamente asserção à luz das circunstâncias observáveis no momento. É o caso de *sentenças ocasionais* em contraposição a *sentenças permanentes*. Tais são as sentenças com as quais nosso linguista silvícola deve iniciar e para as quais devemos tentar desenvolver, de forma apropriada, um primeiro conceito rústico de significado.

A distinção entre sentenças ocasionais e sentenças permanentes é definível por si só em termos da noção de asserção e negação incitados, os quais supomos disponíveis. Uma sentença é uma sentença ocasional para um homem, se ele tiver de assentir nela ou negá-la algumas vezes, mas nunca poderá fazê-lo sem que o questionamento venha acompanhado de um estímulo provocado.

Não que tal asserção ou negação incitadas não ocorram no caso de sentenças permanentes. Um estímulo visual facilmente imaginável incitará um indivíduo instruído geograficamente, certa vez, a assentir na sentença permanente “Há casas de tijolo na Elm Street”. Um estímulo implementado por um interferômetro incitou, certa vez, Michelson e Morley a negar a seguinte sentença permanente: “há derramamento de éter”. Porém, essas sentenças permanentes contrastam com as sentenças ocasionais à medida que o indivíduo pode vir a repetir sua antiga asserção ou negação não incitadas por um estímulo atual, quando lhe refazemos a pergunta em ocasiões posteriores; enquanto uma sentença ocasional demanda asserção ou negação somente quando incitada novamente por um estímulo atual.

Definamos o *significado-de-estímulo afirmativo* de uma sentença ocasional S , para um dado falante, como a classe de todas as estimulações que o incitariam a assentir em S . Definiremos o *significado-de-estímulo negativo* de S de forma similar em termos de negação. Por fim, definiremos *significado-de-estímulo* de S , assim chamado, como o par ordenado de significados de estímulos afirmativo e negativo de S . Poderíamos distinguir graus de incerteza de asserção e negação pelo tempo de reação, por exemplo, e elaborar nossa definição de significado-de-estímulo de maneiras facilmente imaginadas para incluir essa informação, contudo, pelo bem de uma exposição mais fluida, vamos evitá-lo.

As diversas estimulações, as quais reunimos em classes para formarem significados-de-estímulo, devem, elas mesmas, ser tomadas para propósitos presentes, não como eventos particulares datados, mas como formas de evento repetíveis. Não estamos dizendo que duas estimulações, que eram precisamente semelhantes, ocorreram, mas que a mesma estimulação reincidiu. A fim de verificar a necessidade de tal atitude, considere mais uma vez o significado-de-estímulo positivo de uma sentença ocasional S . É a classe Σ de todas aquelas estimulações que *incitaria* a asserção de S . Se as estimulações fossem tomadas como eventos ao invés de formas de evento, então Σ teria de representar uma classe de eventos que, num geral, não aconteceram, tampouco acontecerão, mas os quais incitariam asserção de S se ocorressem. Independentemente se Σ contivesse um evento particular σ , realizado ou não, deveria conter em si todas as outras duplicatas de σ ; e quantas há *dessas*? Com certeza é um completo absurdo continuar falando de particulares não realizadas e tentar reuni-las em classes. Entidades não realizadas têm de ser entendidas como universais simplesmente porque não há locais e dias para distingui-las entre aquelas que são, em outros aspectos, semelhantes.

Não é necessário apresentar razões para decidir exatamente quando contar dois eventos de agitação da superfície como recorrência da mesma estimulação e quando contá-las como ocorrência de duas estimulações diferentes. Na prática, certamente um linguista nunca precisa se preocupar com duplicações nervo-a-nervo de eventos estimulantes. Permanece suficiente, como sempre, saber apenas que o indivíduo vislumbrou um coelho, por exemplo. É suficiente por causa da expectativa razoável de não variação de comportamento sob qualquer uma dessas circunstâncias.

Os significados-de-estímulo afirmativo e negativo de uma sentença são mutuamente exclusivos. Supusemos um linguista capaz de reconhecer asserção e negação e afirmamos que são de tal forma interpretadas de modo que não é possível assentir na mesma sentença ocasional ou negá-la na mesma ocasião. Fica garantido que nosso sujeito possa ser incitado uma vez a assentir em S por certa estimulação σ , e, depois, por uma reincidência de σ , a negar S ; mas aí

simplesmente concluiríamos que seu significado para *S* mudou. Reconheceríamos, então, σ como seu significado-de-estímulo afirmativo de *S* relativo a um período e seu significado-de-estímulo negativo de *S* relativo a outro período. Em qualquer momento, seu significado-de-estímulo positivo de *S* consiste apenas nas estimulação que o *incitariam*, então, a assentir em *S* e, de modo correspondente, o significado-de-estímulo negativo; e devemos nos assegurar de que ambas as classes de estimulações sejam mutuamente exclusivas.

Ainda assim, os significados-de-estímulo afirmativo e negativo não determinam um ao outro, afinal, o significado-de-estímulo negativo de *S* normalmente não consiste em todas as estimulações que não incitariam assentir em *S*. Num geral, portanto, a combinação dos significados-de-estímulo total pode ser uma base melhor para a tradução do que a mera combinação de significados-de-estímulo afirmativos.

O que dizer agora sobre essa forte condicional, o “incitaria”, na nossa definição de significado-de-estímulo? O mecanismo é empregado tão sem questionamento em ramos antigos e sólidos da ciência que objetar seu uso num estudo tão vacilante quanto este presente seria um caso flagrante de aspiração deslocada, um elogio não mais devido do que intencionado. O que essa forte condicional define é uma disposição; nesse caso, uma disposição para assentir em *S* ou negá-la, quando de incitações variadas. Pode-se presumir essa disposição como alguma condição estrutural sutil, como uma alergia ou solubilidade: como uma alergia particularmente, pelo fato de não ser entendido. Independentemente do *status* ontológico das disposições, ou o *status* filosófico do falar sobre disposições, estamos suficientemente familiarizados com como alguém começa a supor algo, de maneira geral, de sensatos testes e amostras e uniformidades observadas, se há uma disposição de um grupo específico.

2. A INESCRUTABILIDADE DE TERMOS

Admirado pela interdependência das sentenças, alguém pode muito bem se perguntar se é razoavelmente possível falar de significados também de sentenças completas (sem falar de expressões mais curtas), exceto quando em relação às outras sentenças de uma teoria inclusiva. Essa relatividade seria estranha já que, do contrário, as sentenças componentes individuais oferecem a única entrada à teoria. Aqui a noção de significado-de-estímulo resolve parcialmente o problema. Ela isola um grupo de rede de sentidos empíricos de cada uma das várias sentenças isoladas sem levar em conta a teoria ali contida, muito embora sem perder o que a sentença deve a essa teoria ali contida. É um mecanismo para explorar, até certo limite, o tecido que interconecta as sentenças, uma de cada vez. Um mecanismo como esse

é indispensável ao se penetrar numa cultura estrangeira; é também relevante para analisar nosso próprio conhecimento sobre o mundo.

Iniciamos nossas considerações sobre significado com sentenças, mesmo sendo essas de um grupo e significado especiais, num senso estrito. Pois as palavras, quando não são aprendidas como sentenças, o são apenas por derivação da abstração dos papéis que desempenham nas sentenças. Ainda restam as sentenças de uma só palavra – anterior a qualquer abstração dessas –; e essas, por sorte, são precisamente as sentenças (em inglês) do grupo especial já sob investigação – sentenças ocasionais como “Branco” e “Coelho”. Até aqui, portanto, à medida que se afirma que o conceito de significado-de-estímulo constitui, num sentido estrito, um conceito de significado para sentenças ocasionais, ele consistiria, em particular, em um conceito de significado para termos gerais como “Branco” e “Coelho”. Examinemos por um instante o conceito de significado-de-estímulo nesse último domínio de aplicação, convenientemente limitado.

Afirmar igualdade de significado-de-estímulo na parte de um termo para dois falantes, ou na parte de dois termos para um ou dois falantes, é afirmar certa igualdade de aplicabilidade: as estimulações que incitam asserção, coincidem da mesma forma que aqueles que incitam a negação. Agora, será que isso é meramente dizer que o termo, ou os termos, tem a mesma *extensão*, ou seja, é verdade para os mesmos objetos, para o falante, ou falantes, em questão? No caso de “Coelho” e “Gavagai”, parece que sim. Na verdade, de um modo geral, há mais envolvido. Por isso, para adaptar um exemplo de Carnap, imagine um termo pagão geral para cavalos e unicórnios. Como não há unicórnios, a extensão desse termo pagão inclusivo é apenas o de “cavalos”. Ainda assim, gostaríamos de dizer de alguma forma que o termo, diferente de “cavalo”, *seria* verdade também para unicórnios, se existissem. Nesse caso, nosso conceito de significado-de-estímulo nos ajuda a realmente entender essa outra determinação desejada acerca de seres não existentes. Pois, significado-de-estímulo é, em teoria, uma questão de vibrações diretas na superfície, não de cavalos ou unicórnios. Cada estímulo que seria ocasionado pela observação de um unicórnio é uma seleção de indicações nervosas, não menos reais e, a princípio, não menos especificáveis do que as ocasionadas ao se observar um cavalo. Tal estimulação pode até mesmo ser realizada com um truque de papel-machê. Também na prática podemos fazê-lo sem risco de decepção, por meio de descrições e questões hipotéticas, se tivermos conhecimento o bastante da língua; tais mecanismos são meios indiretos de suposição do significado-de-estímulo, ainda que externos à definição.

Para termos como “Cavalo”, “Unicórnio”, “Branco” e “Coelho” – termos gerais para objetos externos observáveis – nosso conceito de significado-de-estímulo parece, pois, fornecer uma relação de tradução moderadamente forte que ultrapassa

a mera igualdade de extensão. Mas não é assim, a relação vai apenas um pouco além da igualdade de extensão em outros pontos. Reconsidere, pois, “Gavagai”. Quem vai saber se, no final das contas, os objetos aos quais esse termo se aplica não são coelhos, mas meros estágios, ou breves segmentos temporais de coelhos? Afinal, em cada evento, as situações de estímulo que incitam assentir em “Gavagai” seriam as mesmas para “Coelho”. Ou talvez os objetos aos quais “Gavagai” se aplica sejam todos partes múltiplas indissociáveis de coelhos; novamente o significado-de-estímulo não detectaria qualquer diferença. Quando da igualdade de significados-de-estímulo entre “Gavagai” e “Coelho”, o linguista se lança à conclusão de que um gavagai é um coelho completo e permanente; ele apenas presume que o nativo é basicamente como nós ao possuir um termo geral breve para coelhos e não um termo geral breve para estágios ou partes de coelho.

É comum podermos traduzir algo (p.ex., “para o bem de”) em um dado idioma ainda que nesse idioma não haja nada que corresponda a certos componentes silábicos (p.ex., a “o” e a “bem”). Da mesma forma, a sentença ocasional “Gavagai” é traduzível ao dizer que há um coelho, embora em nenhuma parte de “Gavagai” nem em absolutamente nada na língua nativa corresponda exatamente ao termo “coelho”. A sinonímia entre “Gavagai” e “Coelho”, enquanto sentenças, evoca considerações sobre asserção incitada, o que transcende todas as fronteiras culturais; não tanto sua sinonímia enquanto termos. Estamos corretos ao escrever “Coelho”, ao invés de “coelho”, como sinal de que estamos considerando-o em relação ao que lhe é sinônimo enquanto sentença, não em relação ao que lhe é sinônimo enquanto termo.

Será que a indecisão imaginada entre coelhos, estágios de coelhos e partes integrantes de coelhos deveria ser resolvida por uma pequena indicação suplementar e um questionamento? Pois então considere como. Aponte para um coelho e terá apontado para um estágio de um coelho e para uma parte integrante de um coelho. Aponte para uma parte integrante de um coelho e terá apontado para um coelho e para um estágio de um coelho. E, de forma correspondente, a terceira alternativa. Nada que não seja distinguido no próprio significado-de-estímulo será distinguido ao apontar, a não ser que esse ato venha acompanhado de questões de identidade e de diversidade: “este é o mesmo gavagai que esse? Temos um gavagai ou dois aqui?” Essas questões exigem do linguista um domínio da língua nativa para além de qualquer coisa que já vimos até então que pudéssemos explicar. Mais ainda, isso pressupõe que o esquema conceitual do nativo, como o nosso, seja tal que reduza a realidade, de alguma maneira, a uma multiplicidade de objetos físicos identificáveis e discrimináveis, sejam eles coelhos, ou estágios, ou partes. O termo “gavagai” pode vir a ser o nome próprio para uma coelhitude universal recorrente; *ainda assim* a sentença ocasional “Gavagai” teria o mesmo significado-de-estímulo que quando sob as alternativas supracitadas. De fato, o ponto de vista do nativo pode ser tão

estranho que, a partir do qual, simplesmente não haveria qualquer semelhança de sentido ao falar de objetos num geral, nem mesmo dos abstratos como coelhitude. Os canais dos nativos podem ser totalmente distintos da fala ocidental disso e daquilo, igual e diferente, um e dois. Na falta de equipamentos assim familiares, com certeza não é possível dizer que o nativo afirma objetos. O conteúdo é concebível, mas não coisas, concretas *ou* abstratas. Ainda assim, mesmo diante dessa atitude ontológica estrangeira, a sentença ocasional “Gavagai” poderia ter ainda o mesmo significado-de-estímulo de “(Opa, um) coelho”. As sentenças ocasionais e os significados-de-estímulo são moedas gerais, enquanto termos, concebidas como aplicáveis de modos variado a objetos em certo sentido, são adornos provincianos do nosso tipo de cultura afirmadora-de-objeto.

Será que podemos imaginar qualquer alternativa básica ao nosso padrão objeto-postulador? Talvez não, pois teríamos de imaginá-la na tradução; e a tradução impõe nosso padrão. Talvez a noção mesma de tal contraste radical de culturas seja insignificante, exceto neste sentido puramente privativo: uma falha persistente em encontrar análogos nativos regulares e convincentes dos nossos próprios acessórios familiares para referência objetiva, como os artigos, o predicado de identidade, a terminação de plural. Somente por meio de tal falha podemos dizer que percebemos que a língua nativa representa questões em vias não abertas à nossa.

3. SENTENÇAS OBSERVACIONAIS

Nos §§ 1-2 avaliamos a igualdade de significado-de-estímulo como uma relação de sinonímia útil em certos meios, quando limitada a sentenças ocasionais. Contudo, mesmo quando, nessas condições, limitado, o significado-de-estímulo fica aquém dos requisitos implícitos numa conversa cotidiana e acrítica sobre significado. O problema é que a incitação de um informante à asserção ou à negação de uma sentença ocasional pode depender apenas parcialmente da estimulação incitadora presente e muito tangencialmente de sua informação colateral oculta. Ao distinguir sentenças ocasionais de permanentes (§1), descartando esta última, excluímos todos os casos em que a asserção ou a negação do informante poderiam depender completamente de informação colateral, mas não excluímos casos em que sua asserção ou sua negação dependem massivamente de informação colateral e muito pouco da estimulação incitadora presente. Destarte, a asserção do nativo a “Gavagai” à ocasião de nada mais que um parco vislumbre de um movimento na grama pode dever-se principalmente à observação anterior, na ausência do linguista, de atividades do coelho próximo ao local. E há sentenças ocasionais cuja asserção incitada *sempre* dependerá amplamente de informação colateral de modo

que seus significados-de-estímulo não podem ser tratados como seu “significado” por nenhum âmbito da imaginação. Um exemplo é “Solteiro”: a respectiva asserção é, de fato, adequadamente incitada pela visão de um rosto, contudo, ele remete, sobretudo, às informações armazenadas e de modo algum à estimulação incitadora, exceto àquela necessária para o reconhecimento do amigo solteiro em questão. O problema com “Solteiro” é que seu significado transcende a aparência de rostos incitadores e se refere a questões que só podem ser conhecidas por meio de outros canais. É evidente que devemos tentar particularizar uma subclasse de orações ocasionais que qualificarão as *sentenças observacionais*, reconhecendo que o que chamei de significado-de-estímulo constitui no máximo de uma noção razoável de significado para esse tipo de sentença. Sentenças ocasionais foram definidas (§1) como sentenças às quais há asserção ou negação, mas somente sujeitas a uma incitação; o que demandamos mais particularmente das sentenças observacionais é que a asserção ou a negação sejam incitadas sempre sem o auxílio de qualquer informação além da própria estimulação incitadora.

É notável quão seguros estamos de que cada asserção a “Solteiro”, ou a qualquer equivalente nativo, remeteria a dados de duas fontes: estimulação presente e informação colateral. Não nos faltam ideias elaboradas, se não assistemáticas, sobre as formas de uso de “Solteiro” ou de quaisquer outras palavras do nosso próprio idioma. Porém, não nos convém desdenharmos essa forma fácil de falar de significados e causas, por toda sua produtividade; afinal, ao mínimo encorajamento, podemos nos envolver em crenças mais terrivelmente confusas e em controvérsias insignificantes.

Suponha que é dito que uma classe particular Σ contém as exatas estimulações cada qual o suficiente para incitar asserção a uma sentença ocasional S completa, sem o benefício de informação colateral. Suponha que é dito que as estimulações contidas numa outra classe, Σ' , são igualmente suficientes para incitar asserção a S , mas cuja eficácia é devida mais a certa informação colateral amplamente disseminada, C . Ora, não poderíamos muito bem ter dito, ao invés, que, ao adquirir C , os indivíduos acharam conveniente mudar o próprio *significado* de S de maneira implícita, de modo que os membros de Σ' agora se satisfazem integralmente tanto quanto os membros de Σ ? Sugiro ser possível dizer ambos; mesmo uma perspicácia histórica não revelaria qualquer distinção, embora revele todos os estágios na aquisição de C , já que o significado pode se desenvolver *pari passu*. A distinção é ilusória. O que temos objetivamente é apenas uma adequação evolutiva da natureza, refletida num conjunto evolutivo de arranjos a serem incitados por estimulações para assentir em sentenças ocasionais ou negá-las. Esses arranjos podem ser assumidos como impuros no sentido de incluírem um conhecimento global, entretanto aqueles contêm este numa solução em que não há precipitação de partículas.

Sentenças observacionais seriam orações ocasionais cuja asserção ou negação são incitadas sempre sem o auxílio de informação colateral. A noção de auxílio de informação colateral soa, agora, vacilante. A bem da verdade, a noção de sentenças observacionais não é tão assim, graças a um efeito estatístico estabilizante que posso vir a sugerir se, por um momento, começo a falar acriticamente em termos da noção vacilante de informação colateral. Bem, algumas das informações colaterais relevantes para uma sentença ocasional *S* podem ser amplamente disseminadas, outras não. Mesmo essas que não são amplamente disseminadas podem ser parcialmente compartilhadas por um grande grupo de pessoas e parcialmente por outro, de modo que poucas de todas as pessoas conhecem todas elas. O significado, por outro lado, é social. Mesmo o indivíduo que entende uma palavra da maneira mais estranha pode igualmente ter algumas companhias nessa divergência.

De mais a mais, é possível perceber claramente o efeito na comparação entre “Coelho” e “Solteiro”. O significado-de-estímulo de “Solteiro” não será igual nem mesmo para falantes gêmeos siameses. O significado-de-estímulo de “Coelho” será muito mais parecido para a maioria dos falantes; exceções como o movimento na grama são raros. Um conceito a ser trabalhado que poderia servir muito bem ao propósito da noção de sentença observacional é apenas este: *a sentença ocasional possui significado-de-estímulo intersubjetivo*.

A fim de que uma sentença ocasional seja uma sentença observacional, bastaria, então, que houvesse *duas* pessoas para quem ela possuía o mesmo significado-de-estímulo? Não, aqueles gêmeos siameses são testemunha disso. Ela precisa ter o mesmo significado-de-estímulo para todas as pessoas da comunidade linguística (independentemente do modo como *esta* possa ser definida)? Certamente não. Será então que ela deve ter *exatamente* o mesmo significado-de-estímulo para duas pessoas, que seja? Talvez não, levando o movimento da grama novamente em consideração. Essas questões, porém, buscam refinamentos que simplesmente seriam enganosos se levados a cabo. Interessa-nos, aqui, as tendências rudimentares de comportamento. O que concerne à noção de sentença observacional, aqui pretendida, é que para um número significativo de falantes o estímulo-de-significado tem um desvio significativamente pequeno.

Na verdade, em um aspecto a variabilidade intersubjetiva de significado-de-estímulo de sentenças como “Solteiro” foi subestimada. Não apenas o significado-de-estímulo de “Solteiro” diferirá de pessoa para pessoa, diferirá também do significado-de-estímulo de qualquer outra sentença para outra pessoa, no mesmo idioma ou em outro.

O linguista não está livre para investigar um significado-de-estímulo nativo *in extenso* e, depois, inventar uma enorme sentença complexa *ad hoc* em inglês, cujo significado-de-estímulo, para ele, concorda com a versão nativa por pura exaustão

de casos. Ele deve, ao invés disso, extrapolar qualquer significado-de-estímulo nativo de amostras, supondo a mentalidade do informante. Se a sentença for tão não observacional, como “Solteiro”, ele simplesmente não encontrará linhas semelhantes de extrapolação. A tradução por significado-de-estímulo não trará qualquer resultado errôneo, também não trará nada. Isso é interessante, pois o que nos leva a tentar definir as sentenças observacionais foi nossa reflexão de que elas eram a subclasse das sentenças ocasionais, as quais pareciam razoavelmente traduzíveis por meio da identidade de significado-de-estímulo. Agora vemos que a limitação desse método de tradução a essa classe de sentenças é auto impositiva. Quando uma sentença ocasional é do tipo errado, o significado-de-estímulo do informante para ela, simplesmente, não será aquele que o linguista sinta que pode equiparar de maneira plausível com seu próprio significado-de-estímulo para qualquer sentença em inglês.

A noção de significado-de-estímulo era tal que não requeria uma multiplicidade de informantes. A princípio, há o significado-de-estímulo de uma sentença para um dado falante em um dado período de sua vida (embora, ao fazer tal suposição, o linguista pode ser auxiliado mudando o período e o falante). A definição de sentença observacional tomou pontos de referência mais amplos: uma comparação entre diferentes falantes de um mesmo idioma seria expressamente necessária. Por fim, a reflexão no parágrafo anterior reafirma-nos que tal ampliação de horizontes pode ser descartada. A tradução de sentenças ocasionais a partir de significado-de-estímulo será limitada às sentenças observacionais sem que tenhamos de, de fato, gastar nossas energias com o critério de sentenças observacionais.

O sintagma “sentença observacional” sugere, para epistemólogos ou metodologistas da ciência, sentenças-dado da ciência. Nessa altura do campeonato, nossa versão não é, de modo algum, imprópria. Ora, nossas sentenças observacionais, como definidas, são apenas as sentenças ocasionais em relação às quais há, com certeza, uma firma concordância por parte de observadores bem colocados. Portanto, são apenas as sentenças às quais o cientista poderá finalmente recorrer quando convocado a reunir seus dados e a repetir suas observações e experimentos para seus colegas desconfiados.

4. SINONÍMIA INTERSUBJETIVA DE SENTENÇAS OCASIONAIS

O significado-de-estímulo continua definido, nesse meio tempo, para sentenças ocasionais num geral, sem que se considere a observacionalidade. Mas carrega menor semelhança ao que se pode razoavelmente chamar de significado

quando empregado a sentenças não observacionais como “Solteiro”. É manifesto que a tradução de “Bachelor” por “Solteiro” não pode ser predicada na identidade de significados-de-estímulo entre pessoas; tampouco o pode a sinonímia “Solteiro” e “Homem não casado”.

É bastante curioso, porém, que os significados-de-estímulo de “Solteiro” e “Homem não casado” sejam, apesar de tudo, idênticos para qualquer falante. Um indivíduo, independentemente do momento, será incitado pelas mesmas estimulações a assentir em “Solteiro” e “Homem não casado”; o mesmo vale para a negação. Descobrimos que, embora o conceito de significado-de-estímulo seja muito distante do “verdadeiro significado” quando aplicado às sentenças ocasionais inobservacionais “Solteiro” e “Homem não casado”, a sinonímia é ainda definível como igualdade de significado-de-estímulo tão fielmente para essas sentenças como para as sentenças ocasionais mais seletas – contanto que nos mantenhamos a um falante. Para cada falante, “Solteiro” e “Homem não casado” são sinônimos num sentido definido (semelhantes no significado-de-estímulo) sem possuírem o mesmo significado em qualquer acepção aceitável de “significado” (pois o significado-de-estímulo, no caso de “Solteiro” não é de nenhum tipo). Muito bem, recebamos a sinonímia e abandonemos o significado.

A restrição a um falante não representa um obstáculo à fala de que “Solteiro” e “Homem não casado” sejam sinônimos para toda uma comunidade, no sentido de serem sinônimos para cada membro. Uma extensão prática até para o caso de duas línguas não fica longe de ser encontrada, se tivermos um falante bilíngue disponível. “Solteiro” e “Bachelor” serão sinônimos para ele graças ao critério intraindividual, ou seja, igualdade de significado-de-estímulo. Tomando-o como amostra, podemos tratar “Solteiro” e “Bachelor” como sinônimos para os propósitos da tradução para todas as duas comunidades linguísticas que ele representa. Se esse falante é uma boa amostra ou não pode ser checado ao se observar sua fluência na comunicação dentro das duas comunidades, ao se comparar outros bilíngues, ou ao se observar o nível de sucesso das traduções.

Contudo, o uso de bilíngues não está disponível para o linguista silvícola quando penetra uma cultura intocada. Na tradução radical, o único conceito à nossa disposição até aqui é a igualdade de significado-de-estímulo; e só para sentenças observacionais.

A semelhança e diferença entre sinonímia intrassubjetiva e tradução radical exigem uma análise mais cuidadosa. A sinonímia intrassubjetiva, tal como a tradução, tem a capacidade de ser válida para toda uma comunidade. É intrassubjetiva à medida que os sinônimos são reunidos para cada sujeito por meio da sua igualdade do significado-de-estímulo, mas ainda abrange a comunidade à medida que os sinônimos em questão são reunidos a partir da igualdade de significado-

de-estímulo para cada um dos sujeitos de toda a comunidade. Fica claro que a sinonímia intrassubjetiva é, a princípio, tão objetiva quanto desvendável por um linguista externo, tal como é a tradução. Nosso linguista pode, inclusive, encontrar sentenças nativas sinônimas intrassubjetivamente sem encontrar traduções para o inglês – em resumo, sem entendê-las, pois pode verificar que elas têm o mesmo significado-de-estímulo para o sujeito, mesmo que em inglês não haja sentenças cujo significado-de-estímulo prometam-lhe o mesmo. Logo, para virar o jogo: um marciano poderia achar que “Solteiro” e “Homem não casado” seriam sinônimas sem descobrir quando assentir em nenhuma das duas.

“Solteiro” e “Sim” são duas sentenças ocasionais as quais podemos comparar de modo instrutivo. Nenhuma das duas é uma sentença observacional, tampouco, portanto, traduzíveis a partir da identidade de significado-de-estímulo. O equivalente pagão para “Sim” (digamos “Tak”), de fato, fracassaria na tradução por significado-de-estímulo. Os estímulos – acompanhando o questionamento do linguista “Tak?” – os quais incitariam asserção a essa estranha questão, mesmo por parte de todos os nativos, sem exceção, são aqueles (porque são, por sua vez, exclusivamente verbais e formulados na língua pagã) os quais jamais incitariam um anglo-saxão não corrompido a assentir “Sim” ou qualquer coisa semelhante. “Tak” é exatamente o que o linguista está buscando como meio de assentir em qualquer sentença ocasional pagã que possa estar investigando, embora seja uma das pobres a se investigar, seguindo esses métodos. De fato, esperamos que “Tak”, ou “Sim”, como “Solteiro”, não tenham o mesmo significado-de-estímulo para dois falantes de um mesmo idioma; “Sim” só pode ter o mesmo significado-de-estímulo para falantes que concordam com exatamente todas as coisas que podem ser declaradas num presente específico. Ao mesmo tempo, é bem verdade que a igualdade de significado-de-estímulo define a sinonímia intrassubjetiva, não apenas entre “Solteiro” e “Homem não casado”, mas igualmente entre “Sim” e “Aham” ou “Claro”.

Note que as ressalvas no §2 relacionadas à coextensão dos termos ainda valem. Embora o marciano ache que “Solteiro” e “Homem não casado” sejam sentenças ocasionais sinônimas, ao afirmá-lo não determina que “solteiro” e “homem não casado” sejam termos gerais coextensivos. Cada termo, à exclusão de outro, pode ser aplicado, à medida que ele o saiba, não a homens, mas a seus estágios ou partes, ou até mesmo a um atributo abstrato; cf. §2.

Ao falarmos, por outro lado, de sentenças ocasionais como sentenças e não termos, percebemos que fazemos mais em prol da sinonímia dentro de uma língua do que da tradução radical. Parece que a igualdade de significado-de-estímulo funciona como um padrão de sinonímia intrassubjetiva das sentenças ocasionais sem a necessidade de serem sentenças observacionais.

A bem da verdade, precisamos, de fato, dessa limitação: deveríamos determo-nos a sentenças curtas e simples. De outro modo, a incapacidade de os sujeitos digerirem questões longas pode, de acordo com a nossa definição, acarretar diferenças de significado-de-estímulo entre sentenças longas e curtas para as quais preferimos buscar sinônimos. Uma estimulação pode incitar asserção à sentença curta, mas não à longa apenas pela opacidade desta última. Mesmo assim, não seria melhor dizermos que o sujeito demonstrou ser diferente o significado da sentença longa, mas que apenas falhou em penetrá-la.

Certamente não é possível manter as sentenças tão curtas, de modo que algumas conterão outras. Há quem pense que esse tipo de contenção ocorra com o auxílio das conjunções, no sentido dos gramáticos: “ou”, “e”, “mas”, “se”, “então”, “que” etc. regendo a sentença contida como oração da sentença continente. É possível, porém, que também ocorra num nível mais inferior. Sentenças muito simples podem conter substantivos e adjetivos (“vermelho”, “ladrilho”, “solteiro” etc.) e que são qualificadas como sentenças ocasionais à sua maneira, sujeitos ao nosso conceito de sinonímia. Logo, nosso conceito de sinonímia já se aplica igualmente a sentenças algumas das quais reincidentem como parte de outras. Alguma extensão de sinonímia a sentenças ocasionais, contendo outras como partes, é, portanto, possível graças ao seguinte grupo de construção.

Pense em $R(S)$ primeiro como uma sentença ocasional que, embora moderadamente curta, ainda contenha a sentença ocasional S como parte. Se deixarmos uma lacuna no lugar da sentença contida, o resultado parcialmente vazio pode ser representado de forma gráfica como $R(\dots)$ e chamado (segundo Peirce) de *rema*. Uma rema $R(\dots)$ será chamada de *regular* se cumprir a seguinte condição: para cada S e S' , se S e S' forem sinônimas e $R(S)$ e $R(S')$ forem sentenças ocasionais idiomáticamente aceitas e curtas o suficiente para o nosso conceito de sinonímia, então $R(S)$ e $R(S')$ são sinônimas. Esse conceito de regularidade faz algum sentido até aqui apenas no caso das remas curtas, já que $R(S)$ e $R(S')$ devem ser curtas o suficiente, para as adequadamente curtas S e S' , para que sejam inseridas no nosso conceito existente de sinonímia. Contudo, agora o conceito de regularidade convida a uma extensão, neste fluxo natural: quando as remas $R_1(\dots)$ e $R_2(\dots)$ são ambas regulares, falemos da rema mais longa $R_1(R_2(\dots))$ também como regular. Dessa forma, podemos falar de regularidade de remas longas e de longas sem fim. Por conseguinte, podemos estender o conceito de sinonímia a várias sentenças ocasionais longas, como veremos. Quando $R(\dots)$ é uma rema regular e S e S' são sentenças ocasionais curtas que são sinônimas no sentido existente não estendido e $R(S)$ e $R(S')$ são combinações idiomáticamente aceitáveis, podemos, por extensão, chamar, por sua vez, $R(S)$ e $R(S')$ sinônimos – embora sejam longas demais para sinonímia, como já foi definido. Não há limite mais quanto ao tamanho, desde que a rema regular $R(\dots)$ possa ser tão longa quanto desejarmos.

5. FUNÇÕES DE VERDADE

Nos §§2-3 explicamos a tradução radical apenas para as sentenças observacionais, por meio da identificação do significado-de-estímulo. Agora, há também um domínio, sem dúvidas, diferente que se presta diretamente à tradução radical: o das *funções de verdade* como negação, conjunção lógica e alternância. Suponha, pois, como antes, que asserção e negação sejam reconhecíveis num geral. As sentenças apresentadas ao nativo para assentir ou negar podem agora tanto ser sentenças ocasionais quanto permanentes, é indiferente. As que são sentenças ocasionais deverão, é claro, vir acompanhadas por uma estimulação incitadora, caso asserção ou negação devam ser obtidas; as sentenças permanentes, por outro lado, podem ser apresentadas sem acessórios. Aqui, pela referência à asserção ou à negação, podemos estabelecer *critérios semânticos* para as funções de verdade, isto é, critérios para determinar se dado idioma nativo é estruturado de modo a expressar a função de verdade em questão. O critério semântico da negação é tornar qualquer sentença curta em que alguém assinta uma sentença que seja negada e vice-versa. O da conjunção é que ela produza componentes nos quais alguém esteja preparado a assentir (desde que as sentenças componentes sejam curtas) sempre e apenas quando estiver preparado a assentir em cada componente. O da alternância é similar, mas no lugar do verbo “assentir”, ocorre duas vezes “negar”.

A questão acerca dos componentes curtos é apenas, como no §4, que, quando longos, o assunto pode ser confundido. A identificação de um idioma nativo como negação, ou conjunção, ou alternância, não deve ser regida de acordo com um desvio de um assunto dos nossos critérios semânticos, quando esse desvio decorre de uma mera confusão. Perceba que não há um limite imposto no comprimento dos componentes das sentenças aos quais a negação, a conjunção ou a alternância serão aplicadas; é que os casos-teste para pontuar esses tipos de construção em um idioma estranho são casos com componentes curtos.

Quando nos deparamos com construções nativas que sirvam para preencher um ou outro desses três critérios semânticos, não podemos exigir mais nada em relação a um entendimento delas. A propósito, podemos, então, traduzir o idioma para o inglês como “not” (não), “and” (e) ou “or” (ou) conforme o caso, porém sujeito apenas a diversas ressalvas enfadonhas, pois é bem sabido que essas três palavras em inglês não representam negação, conjunção e alternância com exatidão e sem ambiguidades.

Qualquer construção para compor sentenças a partir de outras sentenças é contada, em lógica, como expressão de uma função de verdade se preencher esta condição: o componente tem um “valor de verdade” único (verdade ou falsidade) para cada atribuição de valores de verdade aos componentes. Fica claro que os

critérios semânticos podem ser estabelecidos para todas as funções de verdade ao longo das linhas já seguidas para negação, conjunção e alternância.

Ouve-se falar de povos pré-lógicos, é dito que aceitam deliberadamente certas autocontradições simples como verdade. Extrapolando, sem dúvida alguma, as intenções de Levy-Bruhl, imaginemos que alguém afirme que esses nativos aceitam como verdade determinada sentença da fórmula “ p ka bu p ”, em que “ka” signifique “e” e “bu”, “não”. Ora, essa afirmação é absurda, se a tradução de “ka” por “e” e “bu” por “não” seguirem nossos critérios semânticos. E, para não ser dogmático, quais critérios seriam os seus? Por outro lado, afirmar, com base em um dicionário melhor, que os nativos *de fato* compartilham a nossa lógica significaria impor a nossa lógica e levantar a questão, se haveria mesmo uma questão significativa a ser feita aqui. Mas eu necessito mesmo é de um dicionário melhor.

O mesmo ponto pode ser ilustrado dentro da própria língua inglesa por meio da questão de lógicas alternativas. Será mesmo que quem propõe leis lógicas heterodoxas está contradizendo a nossa lógica ou será que ele não está empregando alguns vocábulos já familiares (“and”, “or”, “not”, “all” etc.) em usos novos e irrelevantes? Não faz sentido, a não ser a partir do ponto de vista de uns ou outros critérios de tradução de partículas lógicas. Dados os critérios acima, a resposta é bem clara.

De tempos em tempos ouvimos que o cientista, em sua famosa liberdade para ressystematizar a ciência ou desenvolver novos cálculos, está restrito a pelo menos respeitar a lei da contradição. Agora o que devemos fazer com isso? De fato, escapamos da contradição, pois buscamos a verdade. E quanto a uma revisão tão fundamental que considera as contradições como verdade? Bem, para início de conversa, seria preciso uma organização bastante cuidadosa para que não se perca toda sua utilidade. As leis da lógica clássica permitem-nos, a partir de qualquer contradição, deduzir todas as afirmações de forma indiscriminada; e tal afirmação universal tornaria a ciência inútil por falta de distinções. Assim, a revisão que considera as contradições como verdade deve vir acompanhada de uma revisão de outras leis da lógica. Isso tudo pode ser feito, mas, uma vez realizado, como podemos dizer que isso foi o proposto? Essa lógica novelesca de herói recai nas considerações do parágrafo anterior, a ser talvez simplesmente reestruturada como a antiga lógica em más notações.

Podemos contemplar significativamente a mudança de uma lei da lógica, como a lei do terceiro excluído ou ainda a lei da contradição. Mas isso só apenas porque, enquanto contemplamos a mudança, continuamos a traduzir de forma *idêntica*: “and” como “and”, “or” como “or” etc. Posteriormente, um modo de tradução mais tortuoso ocorrerá, o qual anulará a mudança da lei, ou talvez, do contrário, será verificado que a mudança da lei terá produzido um sistema

essencialmente mais forte, de modo a ficar demonstrada a intraduzibilidade no modo antigo ou qualquer outro. Mesmo no último evento, qualquer conflito atual entre as antigas e nova lógicas se prova ilusório, pois advém apenas da tradução idêntica.

De mais a mais, estabelecemos por completo as leis lógicas de um povo, nos limites da parte verdade-funcional da lógica, uma vez que fixamos nossas traduções a partir dos critérios semânticos acima. Em particular, fixou-se a classe de *tautologias*: os componentes verdade-funcionais que são verdadeiros apenas pela estrutura verdade-funcional. Há uma rotina tabelar familiar de determinar, no caso de sentenças nas quais as funções de verdade são, não importa quão excessivamente, repetidas e sobrepostas, quais atribuições exatas de valores de verdade às últimas sentenças componentes tornarão todo o composto verdadeiro; e as tautologias são os compostos que explicitam a verdade sob todas as atribuições.

É lugar comum na epistemologia (e, portanto, uma contestação é rara) que apenas duas esferas muito opostas de conhecimento gozam de uma certeza irreduzível. Um é o conhecimento do que é apresentado diretamente ao sentido da experiência, o outro é o conhecimento sobre a verdade lógica. É notável que esses são, grosso modo, os dois domínios nos quais produzimos o sentido comportamental bastante direto de tradução radical. Um domínio em que a tradução radical parecia simples era o das sentenças observacionais. O outro é o das funções de verdade; logo, também num sentido de tautologias, sendo essas as verdades às quais somente as funções de verdade importam.

Contudo, as funções de verdade e as tautologias são apenas as funções lógicas e verdades lógicas mais simples. Será que podemos fazer melhor? As funções lógicas que sugerem a si mesmas da forma mais naturalmente próxima são as *categóricas*, tradicionalmente designadas *A*, *E*, *I* e *O* e comumente estruturadas em inglês pela construção “all are” (todos são) (“todos os coelhos são tímidos”), “none are” (nenhum é), “some are” (alguns são), “some are not” (alguns não são). Um critério semântico para *A* talvez sugira a si como se vê: o composto ordena asserção (de determinado falante) se e apenas se o significado-de-estímulo positivo (para ele) do primeiro componente for uma subclasse do significado-de-estímulo positivo do segundo componente. A variação para *E*, *I* e *O* é bastante óbvia, exceto que toda a ideia é errada de acordo com §2. Portanto, pegue *A*. Se “equino” é um termo geral a ser empregado para todos os cavalos e unicórnios, então todos os equinos são cavalos (na ausência de unicórnios), mas ainda o significado-de-estímulo positivo de “Equino” contém padrões de estímulo do grupo adequado a “Unicórnio” que não são significado-de-estímulo positivo para “Cavalo”. Nessa altura do campeonato, o critério semântico sugerido conflita com “todos os *S* e *P*”, à medida que ultrapassa a extensão. Há, ademais, uma falha ainda mais séria do tipo oposto, pois, à medida

que estágios de coelhos não são coelhos, vimos no §2 que no aspecto do significado de estímulo não há distinção.

A dificuldade é fundamental. Os categóricos dependem, para sua verdade, dos objetos, embora externos e embora inferenciais, acerca dos quais os termos componentes são verdadeiros; e o que esses objetos são não é determinado unicamente pelos significados-de-estímulo. De fato, os categóricos, como terminações de plural e identidade, só fazem sentido relacionados ao tipo de esquema conceitual objeto-apontador, enquanto que, como já destacado no §2, os significados-de-estímulo só podem ser os mesmos para pessoas imbuídas de um tal esquema e para pessoas tão estranhas a isso quanto quiser. Do que entendemos por lógica, a parte verdade-funcional é a única parte cujo reconhecimento num idioma estrangeiro somos capazes de assinalar como critério comportamental.

6. HIPÓTESES ANALÍTICAS

Como que, então, nosso linguista expande a tradução radical para além dos limites de meras sentenças observacionais e funções de verdade? Em linhas gerais, como o seguinte: Ele segmenta declarações ouvidas em partes recorrentes convenientemente curtas e, assim, compila uma lista de “palavras” nativas. Ele equipara várias delas, de forma hipotética, a palavras e frases em inglês de modo a reproduzir as traduções já estabelecidas de todas as sentenças observacionais. Essas equiparações hipotéticas de partes podem ser chamadas de *hipóteses analíticas* de tradução. Ele precisará de hipóteses analíticas de tradução não apenas para as palavras nativas, mas também para as construções nativas, ou meios de coletar palavras, já que não se presume que o idioma nativo siga a ordem de palavras do inglês. Juntas, essas hipóteses analíticas de tradução constituem uma gramática e um dicionário selva-inglês, os quais o linguista prossegue empregando até mesmo para sentenças para a tradução das quais não há qualquer evidência independente disponível.

As hipóteses analíticas de tradução não dependem, para sua evidência, exclusivamente dessas traduções das sentenças observacionais anteriores. Elas também podem ser testadas em partes, de acordo com a sua conformidade às sinonímias intrassubjetivas das sentenças ocasionais, como no §4. Por exemplo, se as hipóteses analíticas nos levam a traduzir as sentenças nativas S_1 e S_2 respectivamente por “eis um solteiro” e “eis um homem não casado”, devemos, então, esperar descobrir também que, para cada nativo, o significado-de-estímulo de S_1 é o mesmo que o para S_2 .

As hipóteses analíticas de tradução podem ser parcialmente testadas à luz das traduções daí derivadas não só das sentenças ocasionais, mas, às vezes, das

sentenças permanentes. Estas diferem das sentenças ocasionais apenas no fato de que sua asserção e negação podem ocorrer sem incitação (cf. §1); não que elas só ocorram sem incitação. O conceito de asserção incitada é, a princípio, razoavelmente aplicável à sentença permanente “Alguns coelhos são pretos” para dado falante, se conseguirmos surpreendê-lo com um espécime antes que ele saiba que há os pretos. A asserção de certo falante a algumas sentenças permanentes pode inclusive ser incitada de maneira repetida; portanto, sua asserção a “os açafrões floresceram”³ pode, de verdade, ser novamente incitada a cada ano; e todos os dias a “O *Times* chegou”. Logo, as sentenças permanentes podem decrescer em direção às sentenças ocasionais, embora um limite ainda permaneça, como definido no meio do §1. Assim, o linguista pode avaliar mais suas hipóteses analíticas de tradução, ao verificar como as traduções das sentenças permanentes daí derivadas são comparáveis às originais no aspecto de asserção e negação incitadas.

Ainda alguns outros testes das hipóteses analíticas de tradução são proporcionados pelas sentenças permanentes, mesmo distantes da asserção e da negação incitadas. Se, por exemplo, as hipóteses analíticas apontarem para sentenças permanentes num inglês antes trivial como tradução de uma sentença nativa *S*, então o linguista ficará tranquilizado se descobrir que *S* demanda, da mesma forma, uma asserção geral e não incitada.

As hipóteses analíticas de tradução não se manteriam, na prática, numa fórmula equacional. Não há necessidade em insistir em que a palavra nativa seja equiparada totalmente a qualquer palavra ou frase em inglês. É possível especificar certos contextos nos quais uma palavra deve ser traduzida de uma maneira e outros nos quais a palavra deve ser traduzida de outra maneira. É possível sobrepor a fórmula equacional com instruções semânticas suplementares *ad libitum*. “Podre (*dito sobre um ovo*)” é uma boa definição lexicográfica tanto quanto “choco”, apesar da intromissão de evolução de estágios. Instruções de tradução, quando relacionadas a inflexões gramaticais – para usarmos um caso extremo –, podem ser dependentes ao apresentarem equações de palavras e de construções em combinações inextricáveis de muito do que não é equacional. Ora, o propósito não é a tradução de palavras isoladas, tampouco de construções isoladas, mas a tradução de um discurso coerente. As hipóteses a que o linguista chega, as instruções que ele formula, são hipóteses ou instruções contributivas concernentes à tradução de um discurso coerente, e elas devem ser apresentadas em qualquer fórmula, equacional ou de outro tipo, que se prove clara e conveniente.

Não obstante, há uma razão para prestar uma atenção particular à fórmula simples de uma hipótese analítica que equipara diretamente uma palavra ou construção nativa a um equivalente hipotético em inglês. Pois é preciso criar uma hipótese, e o típico caso é aquele em que o linguista anglofalante apreende um

3 Expressão que indica que a primavera chegou (N. do T.).

paralelismo de função entre um fragmento componente de uma tradução de toda uma sentença nativa *S* e uma palavra componente de uma tradução para o inglês de *S*. Somente desse jeito podemos explicar como alguém pode imaginar traduzir radicalmente uma locução nativa para o inglês com uma marcação de plural, ou como o predicado de identidade “=”, ou como uma cópula categórica, ou como qualquer outra parte do nosso aparato doméstico de referência objetiva; pois, como destacado nas páginas anteriores, não há escrutínio dos significados-de-estímulo ou de outras manifestações comportamentais que possam estabelecer se o nativo compartilha de todo do nosso esquema conceitual do tipo objeto-apontador. Somente graças a essa projeção total de seus hábitos linguísticos é que o linguista pode encontrar termos gerais na língua nativa, ou, ao encontrá-los, combiná-los com os de seu próprio idioma. Os significados-de-estímulo nunca são o suficiente para determinar nem mesmo quais palavras são termos, se o forem, muito menos quais termos são coextensivos.

A bem da verdade, um linguista minimamente comprometido com a linguagem da selva para formular um dicionário e uma gramática definitivas não procederá tal como imaginávamos. Ele adentrará no idioma, desprezando paralelos em inglês, a ponto de falar como um nativo. Seu aprendizado, desde o início, pode ter sido livre de qualquer pensamento de outros idiomas que quiser; pode ter sido uma contraparte acelerada virtualmente do aprendizado infantil. Quando, depois de algum tempo, ele volta seus esforços para a tradução – e para a produção de um dicionário e uma gramática selva-inglês –, ele pode fazê-lo como bilíngue. A posse, por conseguinte, de duas personalidades presume os papéis que, nas páginas anteriores, estavam divididos entre o linguista e o seu informante. Ele equipara “Gavagai” a “Coelho” ao experimentar, ele próprio, uma igualdade de significado-de-estímulo entre duas sentenças. De fato, ele pode até mesmo usar a igualdade de significado-de-estímulo para traduzir sentenças ocasionais não observacionais do tipo “Solteiro”; a situação intrassubjetiva se demonstra, nesse caso, vantajosa (cf. §4). Quando prosperar em outras traduções mais recônditas, com certeza o fará graças essencialmente ao método das hipóteses analíticas, com a diferença de que ele projeta essas hipóteses do seu domínio, antes separado, de dois idiomas, ao invés de usá-las para dominar a língua da selva. Bem, embora seja a tradução bilíngue a que faz mais jus à língua da selva, refletir sobre isso revela algo pelo menos acerca da natureza do significado; pois o tradutor bilíngue opera por meio de uma comunicação intrassubjetiva de uma personalidade dividida, e nós geramos um sentido operacional de seu método apenas ao externalizarmos-lo. Portanto, vamos pensar ainda em termos da nossa esquematização mais primitiva do projeto selva-inglês, que leva em conta o informante nativo como um colaborador vivo, ao invés de permitir que o linguista o degluta primeiro.

7. UM PUNHADO DE SIGNIFICADO

O manual selva-ínglês elaborado pelo linguista está pronto e será avaliado como um manual de tradução sentença-por-sentença. Quaisquer que sejam os detalhes de seus dispositivos descritivos de tradução de palavras e de paradigmas sintáticos, sua conquista final será uma *correlação semântica* infinita de sentenças: a especificação implícita de uma sentença em inglês a todas as várias sentenças da selva infinitamente possíveis. A sentença em inglês para uma determinada sentença da selva não precisa ser única, mas o será, dentro de qualquer padrão aceitável de sinonímia intrassubjetiva entre as sentenças em inglês; e vice-versa. Embora a criação e o estabelecimento desse tipo de correlação semântica de sentenças dependam de análises de palavras componentes, a evidência que embasa esse argumento permanece integralmente no nível das sentenças. Consiste em diversas conformidades no aspecto de significado-de-estímulo, sinonímias intrassubjetivas, e outros pontos de asserção e negação incitadas e não incitadas, como anotado no §6.

A correlação semântica esgota as sentenças nativas, ao passo que suas evidências embasadas determinam uma tradução não tão ampla. Inúmeras alternativas a correlações semânticas gerais, portanto, são igualmente compatíveis com essa evidência. Se o linguista se depara com uma de suas correlações gerais entre várias sem a sensação de que sua escolha foi excessivamente arbitrária, é devido ao fato de ele mesmo estar limitado às correlações com as quais ele consegue lidar. Pois, ele, em sua finitude, não é livre para atribuir sentenças em inglês à infinitude das da selva como lhe aprouver, a fim de comprovar suas evidências; ele deve atribuí-las de modo que seja sistemático, dentro do administrável, respeitando o conjunto limitado, mas administrável, de segmentos discursivos. A aproximação palavra-por-palavra é indispensável ao linguista a fim de especificar sua correlação semântica e até mesmo para o fim de sua elaboração.

A segmentação elaborada pelo linguista não apenas limita as possibilidades de qualquer correlação semântica eventual, mas também contribui para a definir-lhe os fins da tradução. Afinal, ele valorizará em especial paralelos estruturais: correspondências entre partes da sentença nativa, à medida que a segmenta, e as partes da tradução para o inglês. Quanto mais outras coisas são igualadas, mais a tradução literal é vista literalmente como tradução⁴. Uma tendência à tradução literal é tecnicamente garantida de um jeito ou de outro, já que o propósito da segmentação é produzir longas traduções estruturáveis a partir de correspondências

4 Daí também o conceito de sinonímia estrutural, de Carnap. Vide *Meaning and Necessity* (Chicago, 1947), §§14-16.

curtas; porém, segue-se mais adiante, e essa tendência se torna um objetivo – e um objetivo que, inclusive, varia especialmente quanto à segmentação prática adotada.

É graças às suas hipóteses analíticas que o nosso linguista silvícola estabelece, implicitamente, (e, de fato, aproxima-se de) a grande hipótese sintética a qual é sua correlação semântica geral de sentenças. A evidência que sustenta, como tal, a correlação semântica é a evidência que suporta também suas hipóteses analíticas. Cronologicamente, as hipóteses analíticas vieram todas antes dessa evidência; a tal da evidência, como se segue, é então experienciada como corroboração pragmática de um dicionário funcional. Contudo, em qualquer evento, a tradução de um vasto raio de sentenças nativas, embora protegida pela correlação semântica, nunca poderá ser corroborada ou assegurada por completo exceto à moda cantiléver⁵, ou seja, apenas o que resulta das hipóteses analíticas quando aplicadas para além da área que as comporta. Não se deve jamais assumir como evidência pragmática de boa lexicografia essas traduções não verificáveis que ocorrem sem percalços, pois percalços são impossíveis.

Devemos, portanto, reconhecer que as hipóteses analíticas de tradução e a grande hipótese sintética, a qual foram adicionadas, são hipóteses apenas num sentido incompleto. Contraste o caso da tradução de “Gavagai” como “Opa, um coelho” a partir da igualdade de significado-de-estímulo. Essa é uma hipótese genuína de observações amostrais, ainda que provavelmente errônea. “Gavagai” e “Opa, um coelho” possuem significados-de-estímulo para os dois falantes, e esses são iguais ou diferentes, a depender de termos uma suposição acertada ou não. Por outro lado, sentido nenhum é criado da igualdade de significado das palavras que são equiparadas na hipótese analítica típica. A questão não é que não podemos ter certeza se a hipótese analítica está correta, mas que não há, como havia no caso do “Gavagai”, um fato objetivo sobre o qual se está certo ou não.

Uma tradução radical completa prossegue e as hipóteses analíticas são indispensáveis. Tampouco são inconstantes, muito pelo contrário, como foi visto, em linhas gerais, pela forma como são embasadas. Será que não deveríamos dizer, então, que nessas várias formas de imaginação e embasamento das hipóteses analíticas um sentido é obtido devido à igualdade de significado das expressões às quais essas hipóteses se equiparam? Não. Só poderíamos afirmá-lo, se não houvesse dois conjuntos conflitivos de hipóteses analíticas capazes de serem sustentadas igualmente e com a mesma força por todas as evidências teoricamente acessíveis (incluindo considerações de simplicidade).

Essa indefinibilidade de sinonímia por referência é, para a metodologia das hipóteses analíticas, formalmente a mesma que a indefinibilidade de verdade

5 Metáfora que assemelha a tradução descrita ao método de construção de pontes cujas vigas se sustentam em apenas uma das extremidades. (N. do T.)

por referências para o método científico. As consequências são, também, paralelas. Da mesma forma como podemos falar significativamente sobre a verdade de uma sentença apenas dentro dos termos de alguma teoria ou esquema conceitual, o mesmo vale para tudo o que podemos falar significativamente acerca de sinonímia interlinguística de palavras e frases apenas dentro dos termos de algum sistema particular de hipóteses analíticas.

O método de hipóteses analíticas é um meio de catapultar a si dentro da língua nativa a partir do *momentum* da língua materna. É um meio de enxertar talos exóticos no antigo arbusto familiar apenas até o exótico saltar às vistas. Tenta-se, assim, traduzir sentenças nativas sem um significado neutro para sentenças da língua materna com base na analogia de semelhança de papéis nas respectivas línguas. Essas relações de analogia não podem ser analisadas como se as próprias fossem os significados, pois não são únicas. E, de toda forma, as analogias se enfraquecem conforme nos distanciamos em direção às sentenças-teóricas, as mais distantes da observação. Portanto, quem se arriscaria a traduzir “Neutrinos não têm massa” (Neutrinos lack mass) na língua da selva? Se alguém tiver coragem, devemos esperar que novas palavras nativas sejam cunhadas ou que haja uma distorção no uso das já existentes. Devemos esperar que esse corajoso alegue extenuação pelo fato de os nativos não terem os conceitos requisitados, além de saberem muito pouco de física. E ele está certo, mas há outra forma de descrever a questão, como se verá. No máximo, as hipóteses analíticas são dispositivos, por meio dos quais apresentamos, indiretamente, analogias entre sentenças que deram espaço à tradução e às sentenças que aqueles não possuem e, assim, estender os limites de operação da tradução; e “Neutrinos não têm massa” está bem fora de alcance, bem onde os efeitos dessas hipóteses analíticas, como conseguimos imaginar, são vagos demais para terem alguma serventia.

A contenção no *continuum* do baixo germânico facilitou a tradução do frísio para o inglês (§1); e a contenção em um *continuum* da evolução cultural facilitou a tradução do húngaro para o inglês. Essas continuidades, com a facilitação da tradução, encorajam uma ilusão na questão do assunto: uma ilusão de que as nossas sentenças intertraduzíveis tão rapidamente são incorporações verbais diversas de alguma proposição ou algum significado intercultural, quando na verdade são mais bem vistos como meras variantes de um e o mesmo verbalismo intracultural. Apenas a descontinuidade da tradução radical testa nossos significados: coloca-os mesmo contra suas incorporações verbais, ou mais típico, não encontra nada ali.

Sentenças observacionais descamam bem: seus significados, significados-de-estímulo, emergem absolutos e livres de toda marca verbal residual. Sentenças teóricas como “Neutrinos não têm massa”, ou a lei da entropia, ou a constante da velocidade da luz, estão no outro extremo. Para essas sentenças não é possível

imaginar uma indicação das condições estimulatórias para asserção ou negação que não inclua uma estimulação verbal do interior da língua. Sentenças desse último grupo extremo, e outras sentenças semelhantes que se encontram intermediárias aos dois extremos, carecem de um significado linguisticamente neutro.

Seria trivial dizer que não podemos saber de uma sentença estrangeira exceto quando temos condições de oferecer uma tradução para o nosso próprio idioma. E digo mais: isso é apenas relativo a um manual de tradução, em grande parte, arbitrário, no qual é possível dizer que a maioria das sentenças estrangeiras compartilha o significado do inglês e, portanto, num sentido de significado muito estreito, ou seja, uso-em-inglês. Deixando de lado os significados-de-estímulo das sentenças observacionais, a maioria das falas sobre significado necessita de uma referência tácita à língua materna da mesma maneira como a fala sobre verdade envolve uma referência tácita ao sistema de mundo de alguém, o melhor que esse puder reunir no momento.

Como há muito pouco no caminho dos significados neutros relevantes à tradução radical (além dos significados de estímulo), não há como dizer o quanto do sucesso com as hipóteses analíticas é devido à verdadeira afinidade de pontos de vista por parte dos nativos e nossa e quanto é devido à ingenuidade linguística ou pura coincidência. Não tenho certeza nem se faz sentido esse questionamento. Uma alternativa é nos impressionarmos com a inescrutabilidade da mente nativa e com como o nativo é semelhante a nós, de modo que, em um caso, tropeçamos e engasgamos na melhor tradução possível e, em outro, realizamos um trabalho mais completo na percepção dos nossos modos provincianos dentro do discurso do nativo.

Usener, Cassirer, Sapir e, mais tarde, B.L. Whorf destacaram que diferenças profundas entre as línguas carregam consigo as diferenças conclusivas no modo como se pensa, ou se observa o mundo. Eu preferiria não colocar essas questões de forma a sugerir que certas proposições filosóficas são afirmadas em uma cultura e negadas em outra. O que realmente está envolvido é a dificuldade ou a indeterminação da correlação. É que há menor base de comparação – menos sentido em dizer o que é uma boa tradução e uma ruim – à medida que nos afastamos de sentenças com um condicionamento visivelmente direto a estímulos não verbais e à medida que nos afastamos do solo natal.

[Este ensaio é uma adaptação de parte de um trabalho em andamento, *Termo e Objeto*⁶, a cujo financiamento devo agradecer ao Institute for Advanced Study e o Rockefeller Foundation. Na primavera de 1957, eu apresentei a maior parte deste ensaio numa conferência nas Universidade da Pensilvânia, Columbia e Princeton; e membros dessas audiências me ajudaram com suas discussões. Eu também usei partes no quarto Colloque Philosophique de Royaumont, em abril de 1958, numa fala que estará registrada nos anais do colóquio como “Le mythe de la signification”]

6 Em 1960, Quine publicou a versão final desse trabalho sob o nome “Word and Object”, com tradução para o português brasileiro de Sofia Stein, em 2010, sob o título “Palavra e Objeto (N. do T.).